



Governo do Distrito Federal
Polícia Civil do Distrito Federal
Divisão de Operações Aéreas do Departamento de Atividades Especiais
Seção de Suprimento e Manutenção de Aeronaves da Divisão de Operações Aéreas

Estudo Técnico Preliminar - ETP - PCDF/DGPC/DEPATE/DOA/SESMA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Problema a ser resolvido:

1.1.1. A PCDF, a qual possui a missão de proporcionar segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de polícia judiciária e na promoção da cidadania, possui 03 (três) helicópteros, da família Esquilo AS350, produzidos pela Airbus Helicopters. Atualmente, os helicópteros dessa série são comercializados no Brasil pela Helibras sob a denominação H125.

Modelo da aeronave	Ano de fabricação	Prefixo
AS350 B2	1995	PT-HZG
AS350 B2	2000	PP-FZA
AS350 B2	2015	PP-FZB

1.1.2. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7565/1986, Art. 70,:

§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.

§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção.

1.1.3. Ainda de acordo com o CBA, Art. 70, caput, a autoridade aeronáutica emitirá certificados de homologação de empresa destinada à execução de serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronave, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos.

§ 1º Qualquer oficina de manutenção de produto aeronáutico deve possuir o certificado de que trata este artigo, obedecido o procedimento regulamentar.

1.2. Interessados na solução desse problema e perspectivas desses atores sobre o problema:

1.2.1. A Divisão de Operações Aéreas é responsável pela operação e pela manutenção das aeronaves e seus equipamentos, fazendo-se necessário executar a manutenção por intermédio de empresas homologadas pela autoridade aeronáutica (ANAC). Essa é uma condição imprescindível para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Divisão.

1.3. Interesse público a ser atendido:

1.3.1. As aeronaves da PCDF são ferramentas utilizadas principalmente para auxiliar no cumprimento de objetivos elencados no Plano Estratégico Institucional, sendo que o principal interesse público a ser atendido é o de proporcionar segurança pública.

1.4. Resultados e os benefícios que serão alcançados:

1.4.1. Ao se resolver o problema da manutenção dos helicópteros da PCDF, obtém-se como resultado a disponibilidade dessas aeronaves para cumprirem o seu propósito no âmbito da promoção da segurança pública por parte da PCDF, além de estarem disponíveis para auxiliarem instituições parceiras da PCDF, favorecendo a integração, essencial no serviço público.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

2.1. A contratação de empresa do ramo aeronáutico homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para realização revisões e reparos nas aeronaves de asas rotativas está listada no item 60 do Anexo C do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC/PCDF-2026, aprovado pela Portaria nº 338, publicada no DODF de 14 de janeiro de 2026.

2.2. A operação e manutenção dos helicópteros pela DOA está alinhada ao PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL PROGRAMA AVANÇAR 3º CICLO (2024-2027) da PCDF, em especial aos objetivos:

OBJETIVO 4: GARANTIR A MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	O4.E2 - Gestão patrimonial Controlar os ativos institucionais de maneira sustentável
	O4.E7 - Efetivar aquisições estratégicas Adquirir novas tecnologias e equipamentos voltados às áreas administrativa,

	investigativa e operacional
OBJETIVO 7: ELUCIDAR INFRAÇÕES PENAS COM EFETIVIDADE	O7.E1 - Modernizar técnicas de investigação
	O7.E5 - Gestão de acordos e parcerias
OBJETIVO 8: EXERCER COM EXCELÊNCIA AS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	O8.E1 - Celeridade no cumprimento das ordens judiciais Garantir o cumprimento de mandados de forma célere, oportuna, segura e efetiva
	O8.E2 - Trabalhar de forma integrada Fomentar a execução dos trabalhos de maneira transversal entre as unidades, bem como com órgãos externos
	O8.E4 - Tratamento seguro de custodiados Aprimorar o processo de custódia de presos e visitas, garantindo maior segurança orgânica a todos as partes envolvidas
OBJETIVO 9: FOMENTAR A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	O9.E4 - Recuperação de bens subtraídos Focar na recuperação de bens subtraídos, em especial aparelhos telefônicos e veículos, como forma de desmotivar tais práticas criminosas na Capital Federal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da sustentabilidade.

3.1.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

3.1.2. Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, “Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

3.2. Da amostra.

3.2.1. Como não se trata de licitação de fornecimento de bens, não será exigido amostra.

3.3. Da subcontratação.

3.3.1. De acordo com a ANAC, a organização de manutenção (OM) certificada de acordo com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145 tem a prerrogativa de subcontratar serviços técnicos que complementem os serviços realizados sob sua responsabilidade direta, desde que a OM subcontratante implemente controles específicos para avaliar a qualidade e aceitar os serviços prestados por terceiros.

3.3.2. A CONTRATADA deverá utilizar ferramental próprio, técnicos habilitados, com capacidade para efetuar inspeções, revisões e reparos, bem como a correção das discrepâncias, conforme publicações técnicas do fabricante, suas revisões e modificações aplicáveis, que se apresentarem no período de vigência do contrato.

3.3.3. Nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA, na execução do Objeto do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar para a execução de determinado serviço, em caráter excepcional, apenas para assegurar a execução do serviço dentro do prazo previsto e desde que tal prática se mostre viável sob a ótica técnico-econômica à execução integral do objeto por parte da Contratada, hipótese em que deverá haver autorização formal da Contratante, por meio do executor do contrato, repassando todas as informações acerca do serviço, bem como da(s) empresa(s) homologada(s) que poderá(ão) executar a intervenção, visando garantir a competente certificação da ANAC;

3.3.4. Com o objetivo de garantir o reparo das aeronaves que possam estar inoperantes para o voo ou impossibilitadas de serem trasladadas para a sede ou outro local especificado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA está autorizada a subcontratar serviços de transporte especializado, desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nesta cláusula.

3.3.5. Os serviços subcontratados serão pagos mediante apresentação de cópia da nota fiscal emitida pelo terceiro à CONTRATADA. Ao valor da nota fiscal emitida pela CONTRATADA poderão ser acrescidas somente despesas com transporte, seguros e impostos. Tais despesas serão ressarcidas pela CONTRATANTE mediante a apresentação de nota fiscal/fatura detalhada dos gastos envolvidos e com os valores convertidos

em homens/hora trabalhadas. A CONTRATADA deverá apresentar previamente no mínimo três orçamentos à PCDF, exceto quando se tratar de empresa exclusiva na prestação daquele serviço subcontratado ou na impossibilidade devidamente justificada, para a devida aprovação.

3.3.6. De acordo com o Art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/21,

será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

3.4. Da garantia da contratação.

3.4.1. A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária, ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

3.4.2. O Art. 101 da Lei nº 14.133/2021 preconiza que nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia. Assim, na data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar Seguro de Responsabilidade Civil - Hangar, garantindo a cobertura total contra danos causados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros e/ou às aeronaves, incluindo voos de teste, no período em que a aeronave estiver sob a responsabilidade da CONTRATADA.

3.4.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

3.4.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

3.4.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 3.4.12.

3.4.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

3.4.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos por danos causados a bens públicos que forem entregues ao contratado;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

3.4.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 3.4.11, observada a legislação que rege a matéria.

3.4.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Regional de Brasília (BRB), para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, Agência 100; Conta 800482-8.

3.4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

3.4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

3.4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

3.4.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

3.4.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

3.4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

3.4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

3.4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

3.4.20. O contratado autorizará o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

3.4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto ou serviços prevista no Termo de Referência.

3.5. Da participação de ME/EPP e reservas de cotas.

3.5.1. Uma OM certificada pela ANAC pode ser uma ME/EPP, desde que cumpra rigorosamente os requisitos técnicos, de gestão e de segurança do RBAC 145. Assim, ME/EPP poderão participar da licitação conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Distrital n.º 4.611 de 2011 e Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014.

3.5.2. Não haverá cota reservada para as entidades preferenciais haja vista prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

3.6. Da participação de cooperativas e consórcios.

3.6.1. A certificação de uma OM pela ANAC, de acordo com o RBAC 145, é individual e intransferível, sendo que a responsabilidade final pela manutenção e liberação para retorno ao serviço de um artigo aeronáutico é da OM contratada.

3.6.2. O art. 15 da lei n. 14.133/2021 conferiu discricionariedade ao ente federativo quanto à admissão ou veto à formação de consórcios no certame licitatório.

3.6.3. O objeto a ser licitado não envolve questão de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

3.6.4. A vedação à participação de empresas em consórcio não diminuirá a competitividade, visto que há várias empresas individuais no mercado que preenchem as condições exigidas para o objeto desta contratação.

3.6.5. Diante do exposto, considerando haver várias empresas com capacidade de realizar o serviço a ser licitado, opta-se por não permitir a participação de consórcios.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços de manutenção especificados na documentação técnica das aeronaves operadas pela PCDF, incluindo, o grupo motopropulsor e o uso de ferramental e equipamentos específicos para sua realização podem ser quantificados por Homem-Hora, que corresponde ao tempo de uma hora de serviço executado por 01 (um) técnico de manutenção aeronáutica habilitado pela ANAC.

4.2. Os serviços são classificados em:

5.2.1 Manutenção programada: consiste de todas as tarefas de manutenção a serem realizadas de acordo com as limitações de tempo previamente estabelecidas pelo fabricante da aeronave.

4.2.2. Manutenção não programada: inclui instruções e procedimentos para ações de manutenção que ocorrem de forma não programada ou de forma imprevisível, tendo como origem o reporte de piloto, ou resultante de eventos imprevisíveis como pouso duro ou com sobrepeso, batida de cauda, raios, sobretemperatura do motor, etc.

4.3. Para se estimar a quantidade de homem-hora a ser contratada a fim de atender as prováveis demandas de manutenções programadas e não programadas das aeronaves de asa rotativa da PCDF, foi levado em consideração o Programa de Manutenção Aprovado pelo fabricante da aeronave, Airbus, e pelo fabricante dos motores, SAFRAN, bem como o histórico de horas voadas pelas aeronaves da PCDF nos últimos anos.

4.4. Segue estimativa dos serviços a serem realizados nos três helicópteros da PCDF, durante a vigência do contrato, considerando o valor de 360 horas voadas por ano para cada aeronave:

Quantidade de homem-hora para realização de determinado serviço/inspeção:		Qtd estimada de serviços a serem realizados em 5 anos:	Qtd estimada de homem-hora em 5 anos:
SERVIÇO em CÉLULA	Qtd H/H	TOTAL	TOTAL H/H
10 horas	2	486	972
10 horas // 1 mês	2	162	324
7 dias	2	705	1.410
1 mês	3	162	486
20 horas	1	243	243
30 horas	2	162	324
30 horas // 150 ciclos	1	162	162
50 horas	2	102	204
100 horas	25	48	1.200
3 meses	2	54	108
150 horas	50	36	1.800
150 horas // 3 meses	1	54	54
150 horas // 6 meses	4	27	108
6 meses	5	27	135
150 horas// 12 meses	3	33	99
12 meses	8	15	120
300 horas	1	21	21
500 horas	2	6	12
500 horas (after 3250 initial hours)	1	7	7
600 horas	18	6	108
600 horas // 6 meses	1	18	18
600 horas // 24 meses	150	9	1.350
48 meses	40	2	80
24 meses	1	7	7
1200 horas	7	1	7

1200 horas // 48 meses	28	3	84
1200 horas // 24 meses	6	5	30
1800 horas	7	1	7
2400 horas	50	2	100
2400 horas // 72 meses	5	3	15
2500 horas // 72 meses	8	3	24
72 meses	120	2	240
2600 horas	8	2	16
3000 horas // 24 meses	16	3	48
3000 horas // 48 meses	16	2	32
3000 horas // 72 meses	36	2	72
4200 horas // 60000 TC	48	0	0
5000 horas // 72 meses	15	1	15
5400 horas	45	0	0
5400 horas // 72 meses	120	2	240
96 meses	4	0	0
144 meses	450	2	900
		Total:	11.182

Quantidade de homem-hora para realização de determinado serviço/inspeção:		Qtd estimada de serviços a serem realizados em 5 anos:	Qtd estimada de homem-hora em 5 anos:
SERVIÇO em MOTOR	Qtd H/H	TOTAL	TOTAL H/H
15 FH (Engine)	0,5	324	162
15 FH // 7D (Engine)	2	705	1.410
7 D (Engine)	0,5	705	352,5
30 FH (Engine)	1	162	162
100 FH (Engine)	3	51	153
150 FH (Engine)	4	36	144
200 FH (Engine)	1	14	14
300 FH (Engine)	7	21	147
300 FH // 1 Y (Engine)	10	15	150
400 FH (Engine)	4	11	44
600 FH (Engine)	4	7	28
750 FH (Engine)	8	6	48
750 FH // 24 M (Engine)	3	4	12
1000 FH (Engine)	20	1	20
1200 FH (Engine)	7	3	21
1500 FH (Engine)	1,5	3	4,5
3000 FH (Engine)	10	3	30
3600 FH (Engine)	60	2	120
		Total:	3.022

Quantidade de homem-hora para realização de determinado serviço/inspeção:		Qtd estimada de serviços a serem realizados em 5 anos:	Qtd estimada de homem-hora em 5 anos:
OUTROS SERVIÇOS	Qtd H/H	TOTAL	TOTAL H/H
Battery Check	8	14	112
Battery Overhaul	24	8	192
Cabin fire extinguisher (peso)	0,5	15	7,5
Cabin fire extinguisher (troca)	0,5	1	0,5
ELT - Emergency locator transmitter	4	12	48
ELT Battery Change	1	3	3
Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA)	40	15	600
Verificação de aplicabilidade de DA	1	270	270
Limpeza de célula	1	162	162
Polimento de célula	2	81	162
Lavagem de compressor	1	345	345
Balanceamento do rotor principal	15	27	405

Balanceamento do rotor cauda	8	27	216
Pintura geral da aeronave	420	2	840
Manutenção corretiva	1	5400	5400
Inspeção Anual de Manutenção - IAM	30	15	450
		Total:	9.213

4.4.1. A soma dos valores correspondentes ao total de cada tabela acima apresentada resulta na quantidade estimada de homem-hora para realizar os serviços de manutenção durante a vigência do contrato (cinco anos) nos três helicópteros operados pela PCDF.

H/H célula	H/H motor	H/H outros serviços	Total de H/H
11.182	3.022	9.213	23.417

4.4.2. A estimativa da quantidade para a contratação é de **23.417** (vinte e três mil quatrocentos e dezessete) homem-horas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A pesquisa de preços praticados no mercado está documentada na Estimativa de Custos e Orçamento (ID 199665097).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	ORIGEM DA PESQUISA	PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR UNITÁRIO
1	Manutenção dos helicópteros Esquilo (AS350 / H125), da PCDF.	homem-hora	23.417	Empresa 1	R\$ 495,00	R\$ 430,79	R\$ 410,00	R\$ 410,00
				Empresa 2	R\$ 700,00			
				Preço Público 1	R\$ 410,00			
				Preço Público 2	R\$ 409,99			
				Preço Público 3	R\$ 350,00			

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor estimativo do contrato é obtido com base nas quantidades estimadas nos itens 4 e 5 deste ETP.

6.2. Seguindo o preconizado pelo Art. 102 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, o valor de referência a ser cobrado por homem-hora trabalhado é de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais).

6.3. O valor total de homem-hora estimado é de 23.417 (item 4).

6.4. O produto de 410 X 23.417 é o custo total estimado para a contratação pretendida, ou seja, **R\$ 9.600.970,00** (nove milhões seiscentos mil novecentos e setenta reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação são:

- Realização, por uma organização de manutenção homologada pela ANAC, nos termos do RBAC 145, das manutenções aeronáuticas de 1º e 2º níveis (preventivas e corretivas) previstas no manual de manutenção do fabricante do helicóptero pertencente à família AS350 / H125, sem fornecimento de peças;
- Realização das manutenções corretivas sempre que for necessário corrigir, restaurar, recuperar qualquer conjunto das partes dos helicópteros para executar a função requerida;
- Controle Técnico de Manutenção – CTM realizado por sistema ou aplicativo informatizado, com o objetivo de fornecer informações individuais de inspeções, componentes, acessórios e sistemas instalados ou aplicados nos helicópteros, que possuam controles baseados em horas, ciclos ou tempo de uso. O CTM visa o planejamento das manutenções das aeronaves, de modo a mantê-las em condições permanentes de aeronavegabilidade, conforme requisitos prescritos pelo fabricante e exigências das Autoridades Aeronáuticas;
- CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE - CVA: Inspeção periódica e obrigatória realizada a cada 12 (doze) meses, que visa verificar se as manutenções previstas pelo fabricante da aeronave e dos seus componentes foram cumpridas, se todas Diretrizes de Aeronavegabilidade emitidas ou adotadas pela autoridade aeronáutica local foram cumpridas e registradas, se a documentação legal está em dia e se as taxas estão pagas, conforme exigências contidas no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Realização de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS que demandam Certificados de Homologação distintos dos exigidos na qualificação técnica verificada neste processo de contratação;
- Aplicação de DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE – DA: documento mandatário emitido pela autoridade aeronáutica civil do país detentor do projeto da aeronave ou pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que contém ações de segurança operacional visando eliminar uma condição insegura existente em um produto aeronáutico
- Aplicação de BOLETIM DE SERVIÇO - BS: Documento emitido pelo fabricante do produto aeronáutico com o objetivo de corrigir falha ou mau funcionamento, ou introduzir modificações e/ou aperfeiçoamentos ou, ainda, visando à implantação de ação de manutenção aditiva àquelas previstas no programa de manutenção básico do fabricante.
- Empregar mão de obra altamente qualificada para substituir componentes, seja em trocas programadas ou para corrigir eventuais falhas.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação fracionada das soluções poderia resultar por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave de forma que impeça sua operação. No entanto, os demais contratos continuariam vigentes e por sua vez sendo honrados, representando gastos mesmo que a aeronave permanecesse em solo. Tal problema ocorreria porque, apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos poderiam interferir diretamente na operabilidade da aeronave, tendo um único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.

8.2. Por outro lado, o fracionamento dos serviços de manutenção, com a realização de licitações distintas para cada especialidade, poderia acarretar na celebração de inúmeros contratos diferentes, cada um tendo por objeto um aspecto específico da manutenção de uma mesma aeronave, tornando significativamente difícil a administração da manutenção da aeronave como um todo.

8.3. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da aeronave.

8.4. Da mesma forma, com a celebração de vários contratos de manutenção distintos, aumentar-se-ia a dificuldade de fiscalização da execução contratual devido à multiplicidade de localidades de prestação dos serviços, tornando ainda mais oneroso e complicado o incremento do número de servidores para exercerem as atribuições de fiscais dos referidos contratos, particularmente porque a DOA atualmente possui um quadro reduzido de servidores.

8.5. Embora o princípio da divisibilidade seja fundamental para a participação em licitações, a natureza crítica e a complexidade do objeto em questão, impõem considerações adicionais que justificam a manutenção do objeto em um único grupo, não sendo possível ser licitado em itens isolados. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007 (grifo nosso):

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

8.6. A natureza crítica e a complexidade do objeto da contratação - manutenção de helicópteros de uso em operações policiais - impõem considerações adicionais que justificam a manutenção do agrupamento e, no presente caso, o parcelamento acarreta prejuízo ao conjunto a ser contratado.

8.7. Além disso, os três helicópteros da PCDF têm as mesmas características técnicas, construtivas e de componentes, visto que são do mesmo modelo AS350 B2. Diversas peças, conjuntos e sistemas são intercambiáveis entre os helicópteros, o que favorece procedimentos mais ágeis e eficazes de troubleshooting (pesquisa e resolução de problemas), permitindo o intercâmbio de peças e componentes, tornando a pesquisa de pane mais eficaz. Essa compatibilidade possibilita a rápida substituição ou teste cruzado de componentes entre as aeronaves, reduzindo significativamente o tempo de diagnóstico e reparo. A eventual contratação de empresas distintas para cada modelo comprometeria esse processo, uma vez que não haveria compartilhamento de recursos logísticos e técnicos entre as oficinas, dificultando a execução integrada das análises e testes.

8.8. Manter essa integração sob a responsabilidade de uma única entidade, além de evitar descontinuidades técnicas e operacionais, promove a responsabilidade unificada em uma só contratada, priorizando a segurança de voo. A fragmentação de responsabilidades com múltiplas contratadas, em caso de falhas ou incidentes, pode vir a comprometer a segurança das tripulações, uma vez que essa fragmentação dificultaria a identificação da causa raiz, a correção de problemas, a retomada das operações e consequentemente, a capacidade de apoio aéreo da PCDF.

9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Ampla disponibilidade das aeronaves para que possam ser utilizadas de forma segura, eficiente e efetiva, em proveito das várias operações da PCDF e de outros órgãos públicos que por ventura venham a demandar apoio aéreo.

9.2. Garantia de que as manutenções preventiva e corretiva das aeronaves sejam realizadas de forma eficiente.

9.3. Cumprimento dos requisitos regulatórios da ANAC.

9.4. Garantia da segurança e confiabilidade das aeronaves da PCDF.

9.5. Promoção da transferência de conhecimento entre a contratada e a organização contratante para garantir a continuidade e melhoria contínua da qualidade dos serviços.

9.6. Conservação das aeronaves contra eventual deterioração prematura por falta de manutenção e cuidados técnicos, buscando-se assim salvaguardar o patrimônio da Administração Pública e evitar o desperdício de seus recursos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1. A DOA poderá receber visita de inspeção por parte das empresas interessadas em participar da licitação, para maiores conhecimentos sobre as condições ambientais e técnicas para realização dos serviços. A vistoria técnica das aeronaves será facultada no hangar da DOA/PCDF.

10.2. A visita poderá ser realizada entre a publicação do Edital em Diário Oficial do DF até o dia útil anterior ao certame, dentro do horário do expediente, das 12h às 19h, nos dias úteis, por meio de agendamento previamente estabelecido junto à Comissão Administrativa;

10.3. Todos os custos decorrentes da visita de inspeção serão de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame;

10.4. Na oportunidade da visita serão apresentadas as aeronaves, momento em que poderão ser dirimidas outras dúvidas pertinentes ao objeto;

10.5. Para fim de habilitação, será entregue declaração de vistoria à empresa que optar por realizá-la;

10.6. A vistoria não será compulsória, facultando ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la, na habilitação, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da PCDF, em razão de sua não realização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. O Contrato de Prestação de Serviços nº 38/2021-PCDF, processo 00052-00005126/2021-71, cujo objeto é a manutenção dos helicópteros da PCDF, apresenta prazo de vigência até 22/06/2026, conforme Quarto Termo Aditivo ao Contrato (ID 174032849).

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Não foram encontrados normativos que estabeleçam regras específicas de sustentabilidade para o objeto a ser contratado.

12.2. Em se tratando de manutenção de aeronaves, alguns componentes utilizam fluidos que podem contaminar o meio ambiente. Como medida mitigadora, faz-se necessário realização de coleta adequada desses fluidos (ver item 3.1).

12.3. Durante instalação de peças e componentes, são gerados resíduos sólidos, como aquelas peças que se tornam inservíveis, por não aceitarem mais reparos, e as embalagens das peças novas. Nesses casos, a coleta seletiva dos resíduos deve ser realizada para diminuir a poluição.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

13.1. A Divisão de Operações Aéreas – DOA da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF opera aeronaves de asas fixas e rotativas, dentre as quais três helicópteros do modelo AS 350 B2, equipados com recursos que visam a prestação de serviços de apoio às unidades da PCDF e outros órgãos públicos.

13.2. Essa atividade se desenvolve de forma contínua, observadas as missões constitucionais da Polícia Civil do Distrito Federal, com atribuições bem definidas e descritas em seu PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL PROGRAMA AVANÇAR 3º CICLO (2024-2027).

13.3. Acompanhando a natureza das atividades desenvolvidas pela PCDF, os serviços de manutenção aeronáutica também são caracterizados como de natureza continuada, em função da obrigatoriedade do cumprimento de um rigoroso programa de manutenção imposto pelo fabricante.

13.4. O art. 107 da Lei n.º 14.133/2021 prevê que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

13.5. O Art. 15 da Instrução Normativa n.º 5, do Ministério do Planejamento, desenvolvimento e Gestão traz a seguinte definição:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam **atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro**, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das **atividades finalísticas** do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o **cumprimento da missão institucional**.

13.6. A Seção de Suprimentos e Manutenção de Aeronaves – **SESMA/DOA** é responsável pelo acompanhamento e registro das horas de voo e períodos entre inspeções. Uma vez atingido qualquer um destes limites é preciso realizar a inspeção por meio de uma empresa homologada para tal ou desativar e **indisponibilizar** a aeronave para as missões fim da PCDF. Desta forma, torna-se evidente que a prestação do serviço de manutenção aeronáutica deve ser contratada de forma continuada.

13.7. Conclui-se que a contratação de empresa homologada pela ANAC é a solução adequada para atender à necessidade da PCDF em executar a manutenção de seus helicópteros.

13.8. A solução é viável tecnicamente porque a empresa a ser contratada deverá demonstrar por meio de documentos estar habilitada para executar manutenção em helicóptero do modelo AS350 B2.

13.9. A solução é viável economicamente porque há previsão no Plano Anual de Compras e Contratações – PACC/PCDF-2026 (ver item 2.1)

13.10. A contratação se faz necessária porque de outro modo os helicópteros ficarão indisponíveis por não manterem a condição de aeronavegabilidade.

13.11. A contratação de serviço de manutenção em aeronaves está legalmente fundamentada no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7565/1986, em seu Art. 70.

13.12. A contratação de serviço de manutenção dos helicópteros compensa os custos estimados porque além de está alinhada à missão institucional, também visa a proteção do patrimônio da PCDF.

14. RESPONSÁVEIS

14.1. Equipe de planejamento composta por RODRIGO BONACH BATISTA PIRES, Diretor da DOA/PCDF, ROSBER SEVERO DE OLIVEIRA, Chefe da SESMA/DOA, e EVERTON ASSIS DE MEDEIROS, Agente de Polícia Civil.



Documento assinado eletronicamente por **EVERTON ASSIS DE MEDEIROS - Matr.0194748-6, Agente de Polícia Civil**, em 08/04/2026, às 11:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSBER SEVERO DE OLIVEIRA - Matr.0191506-1, Agente de Polícia Civil**, em 08/04/2026, às 11:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **199665327** código CRC= **161D8949**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte - Q. 05, Lotes 2/7 - Bairro Brasília - CEP 70610-650 - DF
Telefone(s): (61)32075621
Site - www.pcdf.df.gov.br